**PROMOVENDO A DIVERSIDADE POR MEIO DA PRÁTICA DOCENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Eixo:** Eixos Transversais

**Lucas Barroso Rego**

Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ)

**Resumo:** O trabalho relata uma experiência docente focada na promoção da diversidade étnico-racial por meio da promoção de um concurso de leitura e produção cultural. O currículo básico, tradicionalmente, tem marginalizado contribuições afro-brasileiras e indígenas, apesar das leis nº 10.639/03 e 11.645/08, perpetuando um epistemicídio que afeta negativamente o sentimento de pertencimento e a confiança de alunos não-brancos. Este estudo descritivo, baseado no conceito de experiência de Bondía (2002), demonstrou como a aplicação de ações pedagógicas antirracistas pode ser transformadora. Os resultados mostraram aumento do interesse dos alunos pela temática étnico-racial e fortalecimento de um ambiente escolar mais inclusivo. Conclui-se que a integração de conteúdos étnico-raciais nos currículos escolares é fundamental para garantir o reconhecimento e a valorização das identidades culturais marginalizadas, contribuindo para uma educação mais democrática e verdadeiramente transformadora.

**Palavras-chave:** Diversidade; Educação Básica; Ensino de História; Inclusão; Prática Docente.

**Introdução**

O ato pedagógico de recordar historicamente, há décadas, tem sido vítima de um epistemicídio, sobretudo nos currículos referentes à Educação Básica brasileira, mesmo com os precedentes abertos pelas leis nº 10.639/03 e 11.645/083. Uma violência que, além de banimento social e exclusão de oportunidades educacionais, é marcada pelo constante aniquilamento da confiança intelectual e capacidade cognitiva, a partir da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições periféricas, sobretudo negras e indígenas (CARNEIRO, 2005).

Ainda que ambas as leis estejam inseridas em uma demanda social por (re)educação e reparação a serem empreendidas inicialmente nas instituições escolares, o que se vê é a continuidade histórica da negação de direitos e das subjetividades dos oprimidos no ato de ensino e aprendizagem em torno das narrativas de suas próprias histórias, sobretudo na não inclusão e/ou na exclusão de determinadas temáticas dos currículos básicos.

Na Educação Básica, é inegável que o currículo da história é controlado simbolicamente por determinantes discursivos, reguladores, econômicos, sociais e ideológicos que organizam o ato e a forma de ensinar. Em meio a esse embate, a perpetuação do embranquecimento da história ainda tem sido uma tônica nos currículos básicos, resultando em epistemídios e silenciamentos na Educação. “É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder. [...] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder” (ADICHIE, 2009).

O processo histórico e violento de apagamento da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares brasileiros, mesmo com as leis nº 10.639 e 11.645, provoca sentimentos de não pertencimento, não identificação, frustração e falta de representatividade (TAYLOR, 2000) nos educandos que são vítimas dessa privação. Desse modo, problematizar essas ausências é uma tarefa imprescindível para a construção de um fazer docente mais humanizador, dignificador e atento às diversidades étnicas e culturais nos tempos histórico e presente.

Um dos caminhos para a mudança desse cenário pode ser trilhado a partir da aplicação de ações pedagógicas vinculadas a uma perspectiva antirracista. A Educação é um direito humano fundamental e caracteriza-se como fundamento da democracia (TEIXEIRA, 2002). Enquanto uma rede de processos, Santos (2019) aponta que ela consiste em desenvolver a capacidade de fortalecer as potencialidades humanas, propagando saberes sociais constituídos historicamente e, assim, possibilitando a aquisição de conhecimentos que permitem conhecer, compreender e transformar a realidade concreta dos indivíduos.

No contexto de potencialidades do Ensino, destacamos a realização do 1º Concurso de Educação Étnico-Racial nas Escolas como parte das atividades realizadas pelo autor durante o seu segundo período obrigatório de estágio entre os dias 15 de agosto de 2022 e 14 de setembro de 2022. A ação envolou os Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 32 escolas de uma rede de escolas sediada no Rio de Janeiro (RJ).

Pretende-se, portanto, com esse resumo expandido, entender, na prática de um estagiário em licenciatura, de que formas a aplicabilidade concreta do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pode estimular novas epistemologias, subjetividades e direitos na Educação Básica.

**Metodologia**

O presente trabalho trata-se de um estudo essencialmente descritivo, do tipo relato de experiência. Concebemos a noção de “experiência” à luz de Bondía (2002) como aquilo que nos toca, nos afeta e nos transforma. Além disso, ainda nessa interpretação, a própria experiência surge “[...] em primeiro lugar [como] um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova” (BONDÍA, 2002, p. 25).

Em consonância a essa definição, consideramos ainda os pressupostos dinamizados no compromisso com a transformação social (SILVA; ACOSTA, 2010), na indissociabilidade entre a construção do conhecimento e a experiência (BONDÍA, 2002) e no incentivo à verdadeira reflexão como pilar da formação pessoal e profissional (SCHÖN, 2000).

**Resultados e Discussão**

O 1º Concurso de Educação Étnico-Racial nas Escolas foi uma ação inovadora realizada pela parceria entre uma rede de escolas e uma plataforma on-line de leitura. Este projeto teve como objetivo central fomentar a reflexão e o debate sobre a importância da perspectiva multiétnica no contexto educacional, conscientizando tanto educadores quanto estudantes sobre essa temática crucial e incentivando a leitura e produção de textos em diversos formatos.

A ação foi composta por cinco etapas, a saber: i) inscrição e ambientação da plataforma; ii) leitura e produções; iii) avaliação e culminância nas unidades escolares; iv) envio das melhores produções para a central pedagógica da sede da rede de escolas; e, por fim, v) culminância nacional.

Juntamente com a etapa de inscrição das turmas interessadas de cada escola, a primeira etapa do projeto envolveu a familiarização das unidades com a plataforma on-line de leitura, em que foram disponibilizados diversos materiais específicos relacionados à educação étnico-racial, incluindo obras e trilhas de leitura. Para possibilitar essa disponibilização temática, foi realizada uma curadoria prévia de livros que contavam com autoria e/ou protagonismo não-branco.

Durante o período de 16 de setembro a 11 de novembro de 2022, os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental realizaram leituras relacionadas à temática étnico-racial. A ação foi realizada de maneira híbrida, em que as atividades foram realizadas de forma on- line, presencial nas próprias escolas ou em outros espaços educativos, sempre com a mediação de profissionais de Educação.

Após o período de leitura, a próxima etapa do projeto foi a realização de produções relacionadas à temática étnico-racial. Por meio de textos escritos, produções audiovisuais, ilustrações e outras formas de expressão, os estudantes foram convidados a abordar questões como a diversidade cultural, a história e os desafios enfrentados por diferentes grupos étnicos no Brasil, usando como base o livro trabalhado previamente em sala de aula.

Após a conclusão das atividades, cada unidade escolar foi responsável por avaliar e premiar as melhores produções dentro das categorias estabelecidas, que incluíam “texto escrito” e “produção audiovisual”. O primeiro grupo aceitava trabalhos nos formatos de artigo, discurso, carta, crônica, conto, biografia ou relato. Já o segundo recebeu trabalhos nos formatos de áudio até 3 minutos, vídeo de até 3 minutos, ilustração digital, pintura, fotografia, desenho ou colagem.

A forma de avaliação, comissão julgadora, premiação e o evento de culminância ficaram à cargo da gestão de cada unidade escolar. Após a culminância local em cada escola, as produções selecionadas por cada unidade foram, então, enviadas para a central pedagógica da sede da rede de escolas, onde foram compiladas e divulgadas em ações de culminância nacional no final de novembro de 2022.

A primeira ação de culminância nacional do projeto envolveu a categoria “texto escrito”. A equipe responsável pela organização do evento compilou os trabalhos enviados pelas unidades escolares, apresentando-os em um e-book acessível aos responsáveis e ao público em geral. O livro digital contou com 47 produções oriundas de 32 escolas espalhadas pelo Brasil. Essa iniciativa visou disseminar os conteúdos educativos produzidos pelos alunos, proporcionando uma reflexão ampla e contínua sobre a diversidade étnico-racial.

Já a segunda ação foi uma exposição virtual para destacar os trabalhos da categoria “produção audiovisual” em um formato acessível e atrativo. As obras selecionadas por cada unidade foram apresentadas nas redes sociais e sítios eletrônicos da sua respectiva escola, permitindo que alunos, familiares, educadores e demais interessados apreciassem e reflitissem sobre as mensagens transmitidas pelos estudantes por meio de vídeos, ilustrações e outras formas de expressão visual.

Por fim, o ponto alto da culminância foi uma transmissão de encerramento do concurso. Durante esse evento, foram premiadas as três melhores produções de cada categoria em âmbito nacional, proporcionando um momento de celebração do talento e do esforço dos estudantes envolvidos. Além disso, a live também foi composta por uma mesa-redonda entre especialisras em questões étnico-raciais, o que fortaleceu, mais uma vez, o compromisso com a promoção da diversidade e da inclusão em todos os âmbitos da sociedade.

Essa experiência representou uma oportunidade valiosa para o autor vivenciar na prática a promoção da educação étnico-racial nas escolas, contribuindo para sua formação como educador comprometido com a promoção da diversidade e da igualdade no ambiente educacional. Além disso, o projeto proporcionou um espaço significativo de aprendizado e reflexão para os estudantes envolvidos, estimulando o desenvolvimento de competências críticas e criativas e promovendo uma cultura de respeito e valorização das diferentes identidades étnicas e culturais presentes na sociedade brasileira.

A realização do 1º Concurso de Educação Étnico-Racial nas Escolas se apresenta como uma resposta proativa ao longo processo histórico de exclusão e epistemicídio que Carneiro (2005) denuncia em relação às contribuições periféricas, sobretudo negras e indígenas, nos currículos da Educação Básica. Apesar das leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que buscam corrigir essa exclusão, a realidade educacional ainda reflete a continuidade de silenciamentos e negações, como apontado por Adichie (2009) e Taylor (2000).

O concurso, ao incentivar a reflexão, produção e disseminação de conteúdos que valorizam a diversidade étnico-racial, contrapõe-se a esse contexto de invisibilização, promovendo um espaço de reconhecimento e valorização das diferentes identidades culturais. Dessa forma, ele contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e humanizador, alinhado à perspectiva democrática que Teixeira (2002) e Santos (2019) defendem como fundamental para uma educação que fortaleça as potencialidades humanas e transforme realidades.

**Considerações finais**

O reconhecimento epistemológico da diversidade étnica e cultural rompe com estruturas racistas, supremacistas, coloniais e eurocêntricas de poder. Nesse sentido, romper com a perpetuação violenta de apagamentos e silenciamentos nos currículos básicos aparece como uma forma humanizada de garantia de que as posições marginais não mais indiquem apenas dores, perdas e luto, mas sim vozes, celebrações e lutas históricas.

As subjetividades subalternas, aliadas aos seus próprios sujeitos, representam as realidades políticas, sociais, econômicas, identitárias e culturais de diversos povos subjugados por um determinado poder. A garantia desse processo está atrelada à construção de um discurso histórico conectado às demandas dos povos no tempo presente. E é nesse sentido que a disciplina histórica finca suas raízes na mitigação do epistemicídio no ensino básico.

O resgate das narrativas originárias garante a integração da memória do africano e do indígena na leitura do Brasil. O rompimento com o pilar eurocêntrico da nação brasileira possibilita o reconhecimento das contribuições históricas e culturais da africanidade e da americanidade na construção do país. “Neste sentido as leis 10639/03 e 11645/08 se configuram como uma correção do esquecimento da memória positiva da escravidão na história do Brasil” (MUNANGA, 2015, p. 29).

A atividade pedagógica relatada propiciou uma oportunidade única para o pleno compreendimento da verdadeira importância de uma educação étnico-racial nas escolas. Unindo teoria e prática, esse momento consolidou novamente todo o conhecimento adquirido nas leituras e visões da Academia. Neste presente relatório, relatou-se a experiência de um licenciando em História, que, durante os meses de agosto e setembro de 2022, aplicou um concurso de educação étnico-racial em uma rede de escolas.

Ao longo do processo de aplicação da atividade, foi possível observar diversos resultados positivos, como o aumento do interesse dos alunos pela temática étnico-racial, a melhoria da sua compreensão sobre as questões abordadas e o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica e produção de textos. Além disso, o projeto contribuiu para fortalecer os vínculos entre os alunos e promover um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso com a diversidade étnica e cultural.

Conclui-se que a multiculturalidade na Educação garante que os sujeitos históricos oprimidos tenham seus direitos garantidos. Os diálogos interculturais e históricos propostos pelas leis nº 10.639/03 e 11.645/08 estão estruturados em uma troca de saberes, conhecimentos, subjetividades, valores, cosmologias e diferentes modos de ver o mundo. A partir desse resgate, é possível, portanto, questionar os genocídios, os epistemicídios e as mazelas sociais que permeiam a história e a atualidade dos indivíduos subjugados. Desse modo, é possível vislumbrar a concretização da demanda social por (re)educação e reparação.

**Referências**

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) − Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 19, p. 20-28, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20-31, 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTOS, Catarina de Almeida. “Educação a Distância: tensões entre expansão e qualidade”. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, Maria Magdala Vasconcelos de Araújo; ACOSTA, Luis Eduardo Acosta. Centro de Cidadania da Praia Vermelha ESS/UFRJ: produção do conhecimento e transformação social. In: Congresso Nacional da Rede Unida, 9., 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: Rede Unida, 2010.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. Edições Loyola: São Paulo, 2000